


[voltar ao sumário](#)

Resumo

Realização? Camila Junqueira, Cristiane Abud Curi, Gisela Haddad, Ivy Semiguiem, Thiago Majolo e Vera Zimmermann

Autor(es)

Mariana Bialer Bialer

é psicanalista, Master em Lettres, Langues, Sciences Humaines et Sociales pela Université Paris 7 Denis Diderot, doutora em Psicologia Clínica pela USP e em Recherches en Psychopathologie et Psychanalyse pela Université Paris 7 Denis Diderot, com pós-doutoramento pelo lepsi/feusp.

Marco Antônio Sousa Alves Alves

é doutor em Filosofia pela UFMG, com estágio de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris). É professor adjunto de Teoria e Filosofia do Direito da UFMG e professor visitante no Surveillance Studies Centre, na Queen's University, em Kingston, Canadá. Coordena o Grupo SIGA (Sociedade da Informação e Governo Algorítmico) e o GFDP (Grupo Filosofia, Direito e Poder).

Tania Rivera

é psicanalista e Professora Adjunta da Universidade de Brasília. Doutora em Psicologia pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, e pesquisadora bolsista do CNPq, é autora de *Arte e psicanálise* (Jorge Zahar Ed., 2002, coleção Passo-a-passo Psicanálise) e de *Entre imagem e escrita. Guimarães Rosa e a psicanálise* (Jorge Zahar Ed., 2005).

Notas

Referências bibliográficas

Referências - Marina Bialer

Buzato M. E. K. (2018). Data storytelling e a dadificação de tudo: um gênero bastardo de mãe narrativa e pai banco de dados. *Gênero Reloading*, p. 95-123. Campinas: Pontes.

Sumpter D. (2019). *Dominados pelos números: do Facebook e do Google às fake news, os algoritmos que controlam sua vida*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 42-43.

Burnham C. (2020). *Does the internet have an unconscious?* Slavoj Žižek and Digital Culture. New York: Bloomsbury, 2020.

Dunker C. (2021). Apresentação, in: L. Goldberg, *O sujeito na era digital: ensaios sobre psicanálise*,

DEBATE

De volta para o futuro

Back to the future

Mariana Bialer Bialer
Marco Antônio Sousa Alves Alves
Tania Rivera

Em 2014, em entrevista ao caderno *Ilustríssima*, da *Folha de S. Paulo*, o francês Jeremie Zimmermann, importante cientista de computação, afirmou que estaríamos vivendo um momento fundamental para se pensar o mundo nos próximos 50 anos, dependentes que seríamos da tecnologia. Seu sonho seria um mundo on-line, conectado, que garantisse a todos direitos e liberdades, através de uma rede neutra, que seguiria os princípios de nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na *Ilustríssima* do dia 16 de outubro de 2021, Ronaldo Lemos, advogado, criador do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, discorre sobre a "A Grande Ruptura" e alerta-nos para o fato de que nosso inconsciente ganha cada vez mais preponderância nas coletas de dados, uso de algoritmos e inteligência artificial. Nossas reações emocionais passaram a ser mais importantes que nossas preferências racionais, e nossos smartphones? - convertidos no objeto técnico mais íntimo que já existiu? - captam essas preferências pela análise de contextos, reações e padrões de uso.

A leitura desses dois textos da *Ilustríssima*? - assim como tantas análises, documentários e entrevistas? - escancara a complexidade e a dificuldade em analisar as mudanças que a sociedade digital vem provocando em nossas vidas. Longe de ser um luxo, a utilização desses serviços já é uma necessidade imposta pelas condições estruturais de sociabilidade e da vida econômica atual. Rendemo-nos às suas benesses, e desfrutamos de suas descobertas sempre renováveis de novas e melhores ferramentas, que nos oferecem um mundo de conforto e bem-estar. A tecnociência é nossa mãe prometeica pós-moderna, e incita a cada um a escapar da condição comum ao se tornar o "feliz privilegiado" que pode oferecer a si mesmo algo melhor, raro, único. Cidades inteligentes, redes neurais, internet das coisas, inteligência artificial e carros autônomos rondam nosso horizonte. Compartilhar informações, notícias e eventos que podem ser acompanhados e divulgados em tempo real, assim como encontrar pessoas, grupos e assuntos que nos interessam, fazer novos amigos ou reencontrar aqueles que fizeram parte de nossas vidas. Na reclusão pandêmica, foi possível trabalhar home office, ter aulas on-line, utilizar novas estratégias de comércio, fazer treinamentos físicos, cursos, assistir shows e manter a conexão com nossos familiares através das telas de smartphones e computadores. As redes sociais são uma extensão da subjetividade moderna, e anunciam não só que certas fronteiras com o mundo interno/externo, o real/virtual, o público/privado estão borradas ou que, com nossos acessos a elas, é possível identificar nossas preferências estéticas e sexuais, gostos alimentícios, saúde física e mental, políticas, de consumo, mas que também estamos diante de novos modos de relação conosco e com o outro. Eis aqui a dimensão histórica da experiência subjetiva, ou seja, os modos como nos percebemos, nos definimos e nos construímos como sujeitos. A psicanálise é uma testemunha privilegiada deste encontro entre sujeição e subjetividade, e poderia/deveria participar da produção de novos significantes e novas inteligibilidades. O conhecimento humano e seus produtos sempre poderão ser utilizados por grupos particulares, em detrimento de interesses comuns. A manipulação do consumidor por técnicas de marketing e produção de subjetividade está longe de ser uma novidade, assim como a gestão da privacidade e suas correlações se transforma de acordo com os diferentes marcos históricos, sistemas políticos, econômicos e culturais. Nosso saber sobre nós mesmos e sobre os outros é sempre limitado, e essa contingência e fragilidade são paradoxalmente o fundamento da liberdade humana. Estamos, portanto, diante de um complexo desafio, ao tentar analisar um mundo em sua acelerada e incerta mudança. Resta-nos, talvez, a expectativa de que a vida em sociedade possa contemplar tanto as singularidades quaisquer, quanto uma ética da vida em comum?

A seção Debate da Revista Percurso convida alguns autores de áreas diversas para falar sobre o tema.

Marina Bialer

Desejos, algoritmos e o Outro digital

Recentemente recebi no meu WhatsApp uma charge sobre o tema das tecnologias digitais: nela vemos um grupo de militares em torno de uma mesa, cada um desviando o olhar da sua tela de computador ou da sua planilha enquanto observam passivos à decolagem de quatro mísseis projetada nos grandes telões da sala em que se encontram. Na imagem há dois balões de diálogo: um grande, em que se lê "No, Alexa... I said order lunch", e outro balão em frente de um minúsculo dispositivo tecnológico na mesa, com os dizeres "Sorry".

Além de vivermos tempos sombrios, em que cada vez mais somos assombrados por políticos e figuras públicas que nos ameaçam, todo tempo, de deliberadamente tomar

pandemia e história, p. 5-39. São Paulo: Edições 70.

Referências - Marco Antônio Sousa Alves

Couldry N.; MEJIAS U. (2019). *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.

Floridi L. (2014). *The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality*. Oxford University Press.

Harcourt B. (2015). *Exposed: desire and disobedience in the digital age*. Harvard University Press.

Laplace P.-S., Marquis de. (1825/2022). *Essai philosophique sur les probabilités*. 5ème édition. Paris: Bachelier, successeur de Mme. Courcier, Libraire pour les Mathématiques, 1825. Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k96200351>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Lyon D. (2018). *The culture of surveillance: watching as a way of life*. Cambridge: Polity Press.

Rouvroy A.; Berns T. (2015). Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? Trad. Pedro Henrique Andrade. *Eco-Pós*, vol. 18, n. 2, p. 36-56, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i2.2662>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Zuboff S. (2019). *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs, 2019.

Referência -Tania Rivera

Freud S. (1929/2010). *O Mal-Estar na Cultura*. Porto Alegre: L&PM, p. 89. e p.91.

[voltar ao sumário](#)

atitudes bélicas de consequências catastróficas, gosto dessa charge por ela retratar um elemento que me parece crucial quando pensamos as tecnologias. Para Alexa, não há nenhuma diferença entre ser comandada a pedir o almoço (*lunch*) ou a ordenar um ataque nuclear (*launch*). Isto torna as tecnologias algo que deveria ser excluído do planeta? Do meu ponto de vista, não. Mas penso que cada vez mais nos damos conta de que, enquanto pensarmos que os algoritmos são caixas pretas das quais nada queremos saber, ficaremos sujeitos a assistir passivos não somente aos avanços tecnológicos, como aos efeitos daqueles que têm deliberadamente se dedicado a obter o maior conhecimento possível da cultura do algoritmo para manipular a todos nós.

O instigante convite da seção Debate da revista *Percurso* parte de uma entrevista na Ilustríssima que fala da visão do digital, interconectado, como porta de entrada para um mundo mais democrático e justo. Embora nos tempos iniciais a tecnologia digital, especialmente a internet, tenha ganhado fama de oásis da democracia, vale não esquecer que a internet surgiu de decisões estratégicas do exército americano para criar uma rede descentralizada, que permitisse que laboratórios em diferentes locais do país pudessem ter acesso a supercomputadores em outros locais, de modo a se defender no caso de um ataque ao território americano. Desde então, a internet se tornou uma grande rede de relações sociais, de conexão de saberes. Mas a leitura da tecnologia neutra e da internet como senha de entrada para a melhor versão da humanidade, em que todos teriam acesso à rede interconectada de redes mundiais, dando origem a um estado democrático de igualdade, parece uma visão utópica, irreal e mesmo quase surreal para todos nós que presenciamos cotidianamente os efeitos da exclusão digital, o ódio nas redes sociais digitais, as fake news, a cultura de cancelamento. A segunda parte do convite da seção Debates faz menção ao fato de que os algoritmos e a inteligência artificial têm se dedicado a investigar nossos inconscientes e eu gostaria de tecer alguns comentários justamente acerca da interface desses dois pretextos para o debate.

O algoritmo lê na humanidade algo que escapa do olhar direto desta, e dessa leitura emerge a oferta dos objetos. Voltemos ao exemplo inicial da Alexa. Quando Alexa confunde *lunch* com *launch*, isto pode nos falar de quanto de fato estas tecnologias nos revelam dos desejos dos envolvidos, da destrutividade humana. Essa é uma das dimensões dos algoritmos. Várias pesquisas muito interessantes mostram como os algoritmos capturam traços psíquicos, detectam padrões comportamentais que a psicologia não conseguia e não consegue apreender, e o mesmo para categorias sociais que são detectadas a partir da análise dessa quantidade descomunal de dados.

Se, de uma parte, para Alexa é indiferente qual o comando que deve realizar, de outra, não há nada neutro nem na maneira como se concebe este ou outro dispositivo tecnológico, nem na dadificação da vida de seus usuários em que ela se baseia. A dificuldade em pensarmos as informações coletadas e o conhecimento obtido por meio do big data se dá pela restrição da mente humana conseguir apreender todas as dimensões de dados que são computadas e analisadas por meio de inteligência artificial: "os humanos pensam sobre outras pessoas usando um número pequeno de dimensões?- idade, raça, gênero e, se as conhecemos um pouco melhor, personalidade?-, enquanto os algoritmos já estão processando bilhões de pontos de dados e realizando classificações em centenas de dimensões. Quando não entendemos como o Facebook nos classifica, a piada somos nós, não os algoritmos. Perdemos a capacidade de entender completamente as conclusões dos algoritmos que criamos".

É possível pensar que, se é na internet que encontramos tudo o que esquecemos, tudo o que já foi esquecido por todos nós ou, ainda, o saber que não se sabe que se possui, a maneira como a internet se estrutura, como contém esse saber, nos fala do nosso inconsciente e ecoa a maneira como este funciona no nosso mundo contemporâneo.

Voltando ao que o algoritmo lê de nós e ao temor cada vez mais ressoante de que estamos sendo o tempo todo dadificados. Há alguns anos escutei, de uma jovem em análise comigo, que eu precisava assistir *Westworld*, porque era a prova que Skinner estava certo e que não há inconsciente. Achei o convite instigante e logo que tive um tempo tranquilo maratonei a série da HBO. Para quem não viu, recomendo. Para uma breve síntese, recorro à descrição do Wikipedia: "*Westworld* é um parque de diversões futurista que permite a seus visitantes viverem suas fantasias utilizando uma consciência artificial. Não importa o quão ilícita a fantasia possa ser, não há consequências para os visitantes do parque". Sem dar muito spoiler: logo que a série começa, o telespectador demora a descobrir que há personagens humanas e personagens robôs: todas se parecem humanos. Chips comandados por inteligência artificial dão origem aos comportamentos humanos das máquinas ciborgues. Algumas anotações que fiz a partir da série: cada personagem (humanos e robôs) tem uma temporalidade lógica, que é aquela da entrada em um mundo criado a partir da fantasia, onde se confunde o tempo todo o que é o seu desejo e o que é o desejo do outro, desvelando quanto o discurso é o discurso do Outro (as escolhas eram de fato do personagem? Quanta liberdade se tem em relação ao que se deseja?). Há várias cenas que se repetem, que são reiteradamente encenadas com pequenas modificações. O que se revela do desejo humano no que se repete? E qual o lugar das máquinas nisto? A realidade é sempre criada a partir da fantasia: várias personagens robôs existem para ler/traduzir os desejos dos outros. E essas personagens também são máquinas que existem para oferecer o que leram desse desejo; aqui é oferecido muito mais do que um pequeno smartdevice encontrado no shopping da esquina; trata-se da invenção de um mundo singular a partir dos desejos de cada um. Os enredos das personagens têm uma temporalidade centrada no momento de ver-compreender-concluir. As várias narrativas se interligam em uma narrativa maior, mas cada micronarrativa revela algo muito íntimo do desejo singular, e a macronarrativa revela algo desse estofado comum que liga a humanidade entre si e com as máquinas que criou. No melhor estilo Blade Runner, e toda uma linha de filmes e séries (estilo *BlackMirror*) que tentam pensar a vida ciborgue, essa relação cada

vez mais fusional de humano e máquina, em *Westworld* os algoritmos estão o tempo todo observando e analisando os desejos, e o que é decodificado transforma as personagens robôs, que cada vez mais expressam comportamentos humanos. Enquanto as personagens humanas entram no loop de compulsão com o próprio prazer, mesmo que ao custo da destruição e sofrimento dos outros, com o surgimento do inédito na máquina de corpo humano, aparecem não somente comportamentos imprevisíveis, como todo um campo de empatia. Nesse cenário, o que Alexa e *Westworld* falam de nós? E o que podemos fazer com isso e a partir disso?

Quando recebemos, da leitura algorítmica, aquilo que não sabíamos que desejávamos, algo de nós pode ser escutado através desse "Outro digital". Digo isso sem tecnofobia. Adoro inúmeros "objetos" que me são ofertados pelo que o algoritmo lê de mim, mas surge a questão (dentre várias outras) de quais os efeitos desse Outro digital que oferece essas várias leituras do que não se sabia que queria, que pensava etc. Para mim, *Westworld* é uma narrativa do desejo humano e um paradigma dessa imbricada relação humanos e algoritmos. Algoritmos que são espelhos, mas daqueles criativos.

Marco Antônio Sousa Alves

O futuro em nossas mãos?

Conhecer e controlar o futuro é um velho sonho da humanidade. Esse sonho é insistentemente reavivado, desde Tirésias e as predições oraculares, passando pela arte da adivinhação e dos presságios, pelo esoterismo e pela astrologia, até o cálculo de probabilidades e as técnicas de big data. O experimento mental conhecido como "Demônio de Laplace" expressa a versão moderna dessa ambição: se estivermos de posse de todas as variáveis que determinam o estado presente, seria possível prever com absoluta precisão seu estado futuro (Laplace, 1825). Um sonho tentador, um "querer ser Deus". Se realizado plenamente, esse conhecimento eliminaria a incerteza e seria capaz de direcionar as ações futuras. Sem incertezas e sem imprevisibilidade, poderíamos construir um mundo seguro e confortável.

Minha pretensão aqui não é prever o futuro (talvez a mais ingrata das tarefas que um intelectual pode assumir) nem defender que estamos em condição de fazê-lo, hoje ou em um horizonte próximo. O que proponho é apenas um exercício de pensamento, uma reflexão crítica que tem por objeto um sonho amplamente disseminado, uma utopia que encontra, no desenvolvimento tecnológico, um terreno propício para avançar. Se a internet suscitou nossa imaginação e foi vista inicialmente como uma poderosa força progressista, que promoveria um mundo mais plural, aberto, interconectado e democrático, hoje são poucos os que mantêm essa visão tecnófila libertária tão comum nos anos 1990. É cada vez mais claro que a sociedade digital fez emergir novos desafios, diante de um mundo que tende mais para a radicalização, o autoritarismo, o ódio, as separações e a violência. É claro que podemos dizer que o ciberespaço foi colonizado por grandes corporações, pela lógica da personalização e da plataformação, que estamos muito distantes da cultura do compartilhamento e das comunidades virtuais abertas e plurais. Isso é certamente verdade. Mas prefiro chamar atenção para outro aspecto: o fato de que devemos temer nossos próprios sonhos.

Sem nenhuma dúvida, somos cada vez mais dependentes das tecnologias da informação e da comunicação. A pandemia de Covid-19, nesse aspecto, contribuiu para acelerar o processo. É cada vez mais difícil imaginar o trabalho, o lazer ou a socialização sem a mediação de alguma plataforma digital. E não devemos nos enganar: não somos os senhores desse novo mundo. Não optamos por participar ou não dele. Não se trata apenas de serviços que utilizamos ou de dispositivos dos quais nos servimos, como se não passassem de ferramentas à nossa disposição. As plataformas digitais não são algo que simplesmente usamos, mas sim um mundo no qual estamos imersos. Estar imerso significa que nossas relações são sempre mediadas: com o mundo, com os outros e, também, conosco mesmos.

Estamos diante de uma nova revolução, capaz de transformar o mundo e a nós mesmos (Floridi, 2014). A ideia da internet como um ciberespaço separado, no qual podemos entrar, navegar e sair, tende a desaparecer. A internet deixa de existir na medida em que se realiza plenamente, que se torna onipresente. Etiquetas digitais, sensores, objetos e ambientes inteligentes fazem com que não precisemos mais "entrar" na internet para estarmos imersos nela. O telefone, o carro, a televisão, o aspirador de pó, o relógio, a geladeira, os óculos, as roupas (sem falar de nosso próprio corpo, invadido por implantes e chips) começam a enviar e receber informações, tornam-se capazes de interagir conosco e entre si, passam a responder à nossa presença e a atuar na conformação de ambientes personalizados. Esse processo muda nosso corpo, nossa casa, nossas cidades. Esse é o cenário desenhado pela "internet das coisas" e pelas "cidades inteligentes".

Muitas inquietações acompanham o sonho desse novo mundo. Entre elas, destaca-se a ameaça que isso representa aos nossos direitos e à nossa liberdade. Afinal, se nossa experiência de trabalho, de lazer e de socialização é sempre mediada, precisamos nos perguntar como essa mediação é feita. Trata-se de uma mediação neutra, transparente, respeitosa e inclusiva? Do contrário, ficamos cada vez mais dependentes de algo que pode se voltar contra nós, que é capaz de nos vigiar incessante e exaustivamente, além de conformar o ambiente de nossas ações e nos manipular.

Nasce assim uma nova forma de governo, entendido como um modo de nos conduzir, de nos levar a agir de determinada maneira. Somos governados por complexos algoritmos que conformam o campo de nossa ação possível e direcionam nossas condutas de uma maneira extremamente insidiosa (Rouvroy & Berns, 2015). Não é nosso discernimento nem nossas preferências que são visadas. O algoritmo, em suma, não quer nos convencer de nada. Não há argumentos. Não estamos no campo das razões. Sua estratégia é mais sutil, atua por

meio de estímulos e respostas, inputs e outputs. Não percebemos sua atuação e somos incapazes de formular conscientemente uma reação a esse tipo de direcionamento. Mais do que aquilo que dizemos ou que supomos acreditar, o governo dos algoritmos toma por base uma infinidade de dados, de pegadas digitais que deixamos e que revelam muito sobre nosso padrão de comportamento. Além de nossos cliques, nossos posts ou aquilo que vemos ou compramos, capturam-se também nossos deslocamentos, o movimento de nossa retina, nossas reações faciais, o tempo que nosso olhar se detém sobre uma imagem, entre muitos outros rastros que são reveladores sobre quem somos, o que gostamos e como nos comportamos.

Na base desse novo governo está uma incessante e exaustiva vigilância. Tudo, por mais insignificante que possa parecer, é digno de ser capturado, registrado, armazenado, explorado. Diversos dispositivos permitem ir fundo em nossa intimidade. O smartphone é uma espécie de novo confessor, a quem revelamos tudo, até mesmo nossos desejos mais recônditos. Aquilo que temos vergonha de dizer a qualquer um, que guardamos para nós e que, muitas vezes, sequer somos capazes de formular conscientemente, entregamos a esses novos dispositivos. E é porque nos confessamos incessantemente que somos recompensados com um "serviço customizado", com resultados de busca relevantes ou um feed de notícias feito sob medida para nós. Isso só é possível porque nos tornamos transparentes. Personalização pressupõe vigilância em massa (Couldry & Mejias, 2019).

Sem sequer perceber que somos governados, somos também incapazes de resistir ou desobedecer a esse novo regime de poder. Embarcamos nele, em geral de modo apaixonado. Sonhamos com uma vida mais segura, mais confortável, mais eficaz, mais produtiva, mais prazerosa. Desejamos "likes", visualizações, compartilhamentos. Emerge assim uma "sociedade da exposição" (Harcourt, 2015). Mais do que submetidos a uma vigilância forçada, somos nós que nos exibimos. Não estamos apenas sujeitos ao poder de um Estado ou de grandes corporações que nos observam e controlam. Temos um papel ativo e participamos de uma nova "cultura da vigilância" (Lyon, 2018). Gostamos de nos mostrar e de espionar uns aos outros. As redes sociais e os reality shows são a prova de que vivemos em um tempo marcado pela escopofilia e pelo voyeurismo.

No fundo, todo conhecimento faz nascer algum novo poder e tende a ser acompanhado por certa inquietação. Saber demais é algo perigoso. Quanto mais conhecermos nosso próprio comportamento, mais seremos capazes de direcioná-lo, de modificá-lo ou de formatá-lo. Paradoxalmente, o pleno conhecimento de nosso próprio agir coloca em risco nossa própria liberdade. Afinal, ao sabermos com precisão como agimos, somos capazes de antecipar e direcionar nossas condutas de modo a que percam sua espontaneidade e imprevisibilidade. Quando esse conhecimento é assimétrico, opaco, dominado por poucos, o cenário fica ainda mais sombrio. Um novo risco emerge e talvez devamos lutar por um novo direito ao futuro (Zuboff, 2019).

Nesse sentido, vale retomar uma intrigante questão teológica: seria Deus livre? Afinal, em que sentido um ser que tudo sabe pode ser livre? Se sei exatamente o que farei, com antecedência, e sou incapaz de agir diferentemente, posso considerar minha ação livre? Talvez o conhecimento pleno seja incompatível com a liberdade, que parece sempre pressupor algum grau de ignorância, ou seja, um desconhecimento sobre o curso futuro de nossa própria ação. O governo algorítmico, em certo sentido, reaviva um sonho de controle, de domínio sobre nossas condutas, reduzindo a zero a imprevisibilidade e os riscos. Tudo é antecipado e ninguém mais age sem que tenha sido de alguma forma conduzido a tal. O futuro está assim em nossas mãos. E o melhor, talvez, seja tomar a decisão de viver na ignorância.

Tania Rivera

Tecnofagia

Aparelhos celulares e computadores são hoje, inegavelmente, extensões de nossos corpos. Eles cumprem com espetacular competência a tarefa de estender a ação de nossos órgãos para além de seu alcance orgânico, seguindo a milenar função das ferramentas, cujo uso marca nada menos que a própria origem da humanidade. Com estas, como reconhecia Freud em *O mal-estar na cultura*, "o homem aperfeiçoa seus órgãos?- tanto os da motilidade quanto os da sensibilidade?- ou remove as barreiras para a sua operação". Já neste livro de 1929 o psicanalista vislumbra, não sem ironia, que isso tornaria o homem uma espécie de "deus protético", que seria "realmente grandioso quando coloca todos os seus órgãos auxiliares", mas logo faz a ressalva de que "eles ainda não se integraram nele e ocasionalmente ainda lhe dão muito que fazer."

Quase cem anos mais tarde, a ideia de prótese cresceu não apenas no que diz respeito a seu desenvolvimento tecnocientífico como quanto a seu alcance imaginário?- integrando-se cada vez mais à própria imagem do corpo?- e mesmo teórico, levando há décadas a concepções como a de ciborgue, de Donna Haraway, que cumprem o importante papel de desnaturalizar e complexificar politicamente a noção de corpo. De extensão ou substituto funcional para um corpo biológico, a prótese foi alçada à condição de partícipe do delineamento biopolítico dos corpos e dos sujeitos no mundo, e isso tem importantes consequências políticas, especialmente no que diz respeito ao rechaço da ideologia essencialista de gênero baseada na biologia como evidência imutável.

Mas a prótese tecnológica é sobretudo, no mundo atual, uma mercadoria. Ou seja, ela está a serviço do acúmulo de capital por alguns poucos, muito poucos, alcançado através do consumo impulsionado por estratégias de marketing cada vez mais agressivas e invasivas. Em termos freudianos, podemos dizer que os aparelhos tecnológicos protéticos têm enorme potencial de serem tomados como fetiches, ou seja, como objetos absolutos e capazes de definir o sujeito que os possui como detentor de algo que faltaria a outros (o que pode lhe garantir uma posição de poder, é necessário acrescentar, lembrando a

flagrante proximidade da teoria do fetiche com aquela da mercadoria em Marx, que Freud não podia desconhecer). No jogo socioeconômico da sociedade tecnocientífica, é fundamental que não nos esqueçamos, neste sentido, que grande parcela da população mundial não tem acesso a tal mercadoria, e que a exclusão digital aprofunda a desigualdade social e aumenta o fosso entre nações ditas desenvolvidas e populações urbanas, de um lado, e países nos quais grande parte da população vive na pobreza, seja no campo ou nas grandes cidades.

De fato, antes de nos deslumbrarmos com os formidáveis avanços da tecnologia e suas consequências em nossas vidas, é importante notar que isso diz respeito a apenas uma parte dos habitantes do planeta. Além disso, creio que no cotidiano de nossa relação com os aparatos tecnológicos não cessam de surgir suas limitações; como vimos dizer Freud em 1929, eles seguem não se integrando inteira e harmoniosamente em nossas vidas e ocasionalmente ainda nos dão muito que fazer. Independentemente de nossa competência técnica, os aparelhos, com bastante frequência, fissuram a pretensa "grandiosidade" do deus protético e não funcionam, ou funcionam mal, ou nos dão muito trabalho para realizar algo em princípio simples. Além de seu funcionamento ser óbvio e inevitavelmente limitado, e de seus propalados avanços muitas vezes criarem demanda por ações e tarefas suplementares, mais do que simplesmente facilitarem a execução de atividades que já nos eram necessárias, os aparelhos são programados para deixarem de funcionar ou para apresentarem, depois de algum tempo, uma performance reduzida, de modo a engatar a compra de novo produto.

Apesar de a ciência aplicada à tecnologia oferecer inegáveis benefícios à vida, não só no que diz respeito a nossas pequenas próteses como em campos como o do diagnóstico e tratamento médico, não podemos ignorar que a produção tecnocientífica tem como um de seus pilares a obsolescência programada e que as descobertas tecnológicas servem, em boa medida, à lógica da propaganda.

Além de refletir criticamente sobre a pretensa grandiosidade dos aparatos tecnológicos, é muito importante, hoje, que se possa examinar o funcionamento da web e das ditas redes sociais. Quando surgiu a World Wide Web, há mais de vinte anos, ela carregava a promessa de facilitação e, sobretudo, de democratização do acesso à informação. Sua estrutura em rede de acesso universal e horizontal parecia dismantelar a verticalidade hierárquica que até então mantinha sob o poder de pequenos grupos a geração e difusão do conhecimento e das notícias. De receptor passivo, cada internauta tornava-se um potencial gerador de conteúdo em uma plataforma de transmissão aberta e, portanto, igualmente disponível a qualquer pessoa, em princípio. Mas logo a ideia de que seria possível a cada um exercer escolhas livres e singulares na descomunal massa de informação veiculada, dependendo da disponibilidade investida na busca e da potência eventual do acaso, foi desbancada pelo funcionamento do algoritmo como princípio de seleção automática.

Em vez do deus protético, o que hoje afirma sua grandiosidade é, sem dúvida, o deus algoritmo. Apesar de passar em geral despercebida pelos usuários, essa ferramenta de inteligência artificial não é nada neutra, como nenhum dispositivo simbólico. Os critérios de "qualidade" adotados para o ranking de buscas pelo Google, por exemplo, são absolutamente arbitrários e facilmente manipuláveis por profissionais de marketing digital. Combinado à explícita propaganda paga, cada vez mais presente na web, o algoritmo seleciona e organiza o conteúdo que nos é disponibilizado de uma maneira que deixa pouca margem para a liberdade e o acaso, e só permite que se faça uma busca mais ampla e a partir de critérios próprios àqueles que possuam tempo, afincos e algum conhecimento sobre seu modo de funcionamento.

No que diz respeito às redes sociais, o funcionamento dos algoritmos é ainda mais decisivo, pois baseado na reiteração e na semelhança. Serão sugeridos pessoas e conteúdos sempre "parecidos"?- segundo critérios arbitrários, claro?- a você e ao que você viu e curtiu. O algoritmo acaba por tomar, assim, o lugar do líder na estrutura que Freud caracteriza como aquela da massa: o substituto do pai que cada indivíduo coloca verticalmente no lugar de ideal do eu e que serve como ordenador do laço social, na medida em que, entre seus seguidores, são agenciadas relações de semelhança e pertencimento, por identificação mútua, como entre "irmãos". Como sabemos, essa é a arquitetura social do próprio fascismo: a do laço social como semelhança e do repúdio ao diferente, eventualmente visto como inimigo comum.

Em vez de assumir explicitamente a estrutura simbólico-imaginária de tal estruturação da massa e colocar em primeiro plano a figura do líder ou do ideal, como o fazem a religião e o exército, as redes sociais desidratam tal lugar em prol de uma suposta autonomia individual depurada de ideologia ou ideal. A montagem simbólica que a rege fica, assim, quase invisível, para melhor servir aos interesses neoliberais, na medida em que tudo é consumível (inclusive a imagem de cada pessoa, tornada mercadoria a ser comprada, ou melhor, "curtida") e tudo é marketing (inclusive posts, stories etc., feitos quase sempre para passar, acima de qualquer informação, imagem ou ideia, a mensagem de como aquela pessoa é boa, especial, incrível). Em tal modo de funcionamento não surpreende que pareça natural aparecerem em nossos espaços próprios, os ditos feeds, por exemplo, peças publicitárias de empresas. Tampouco deveria espantar o fato, recentemente trazido a público, de que o Facebook comercializava os dados e perfis de comportamento de seus usuários sem consentimento dos mesmos.

É imenso, assim, o poder de propaganda das redes sociais, pois elas agem essencialmente por contágio. Sua força de captura só é comparável à propaganda subliminar nazista, e, portanto, não é à toa, mas sim por analogia de estrutura, que ela se presta tão bem ao discurso de extrema-direita. À imediatez das palavras de ordem que impede a leitura crítica, no primeiro caso, se substituiu hoje, em um ambiente como o do Whatsapp, por exemplo, o automatismo do gesto. Trata-se de replicar a fake news, por exemplo, o mais rápido possível, de modo a reengatar e confirmar, a cada momento, o pertencimento a um

grupo/massa. A rede assim nos enreda, é certo, assujeitando-nos a sua malha de modo a suspender a possibilidade de distanciamento e dissenso. Como prêmio imediato temos, além do estranho júbilo advindo de uma espécie de metaparticipação?- a participação que não visa mais do que reafirmar-se como participação, em um funcionamento circular que pode ser visto como um tipo de veneração, de culto ao deus web?-, a pequena satisfação narcísica de mostrar-se bem-informado (conectado) aos demais.

Por fim, para além do fascínio imaginário do espelho a que a tela nos convida e do narcisismo como modo de relação, que tem como corolário a recusa da relação com o diferente, o poder do automatismo se deve a uma estranha analogia entre seu funcionamento na web, sobretudo nas redes sociais, e própria estrutura do inconsciente como cadeia (ou melhor, rede) significante. O aparato tecnológico nos engancha?- mais do que nos serve como objeto?- porque sua ação como máquina significante é semelhante àquilo que Jacques Lacan nomeia, com Aristóteles, como autômaton: o automatismo de repetição próprio à rede dos significantes. Se o sujeito é o que representa um significante para outro significante, como dizia o psicanalista, somos efeito de tal encadeamento e somos por ele capturados sob o modo do imediato e maquinal. A tal ponto que a máquina pode ser, hoje, lugar de lapso e sintoma?- como ocorre quando o corretor do celular muda uma palavra e reconheço, na frase assim automaticamente formada, a ponta de um desejo que teria preferido deixar fora da conversa.

Só nos restaria então assumir nosso lugar de (as)sujeitos, irremediavelmente assujeitados ao deus web, como seres de linguagem? Não creio. Porque o aparato é uma máquina simbólica e, portanto, inexata, falha, como a linguagem, e, portanto, permite que algo se esgueire e subverta sua ordem. Se ele nunca é o perfeito deus protético e, portanto, "nos dá o que fazer", é porque seu funcionamento deixa brechas nas quais pode despontar o desejo de modo não previsto pelo sistema?- como um encontro, um acontecimento ou um espanto, à maneira da tiquê que se opõe ao autômaton. Cabe a nós nos apropriarmos da tecnologia de maneira a esgarçar seu firme tecido e desmontar sua pretensa perfeição e autonomia, forçando-a a servir às frestas nas quais podem surgir o diferente e o inusitado. Não se trata de recusá-la, em um mundo cada vez mais dela dependente, mas de praticar ativamente uma espécie de tecnofagia: devorá-la para fazer dela algo minimamente próprio e singular. Mas para isso talvez tenhamos que vomitá-la um tanto, renunciando à captura narcísica a que nos convida o deslumbrante deus protético.

 [voltar ao topo](#)

[voltar ao sumário](#) 



Percurso é uma revista semestral de psicanálise, editada em São Paulo pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae desde 1988.

Sociedade Civil Percurso
Tel: (11) 3081-4851
 assinepercurso@uol.com.br

© Copyright 2011
Todos os direitos reservados